

# Mares

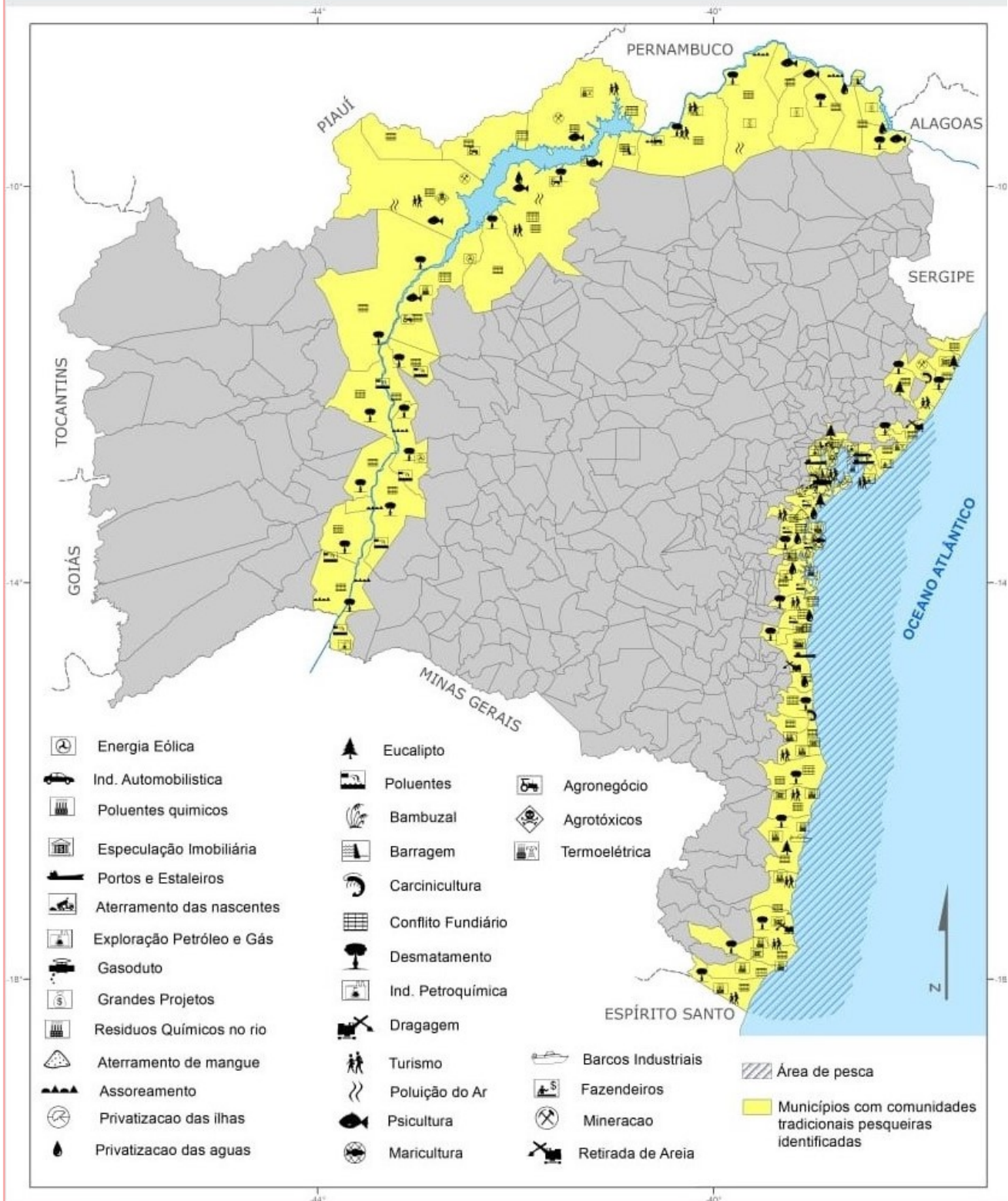
Revista de Geografia e Etnociências

Volume 1, Número 2, 2019

## CARTOGRAFIA SOCIAL

### PRINCIPAIS CONFLITOS IDENTIFICADOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS - 2016

#### ESTADO DA BAHIA



Fonte: MPP; CPP, 2016.  
Base Cartográfica: SRH, 2004.  
Coleta de dados: Kássia Rios, 2016.  
Elaboração: Projeto GeograFAR, 2016.  
Nota: Dados não georreferenciados.

0 65 130 260 390 Km

1:4.000.000

## PRINCIPAIS DISPUTAS E CONFLITOS TERRITORIAIS IDENTIFICADOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS SITUADAS NO LITORAL E NO CURSO DO RIO SÃO FRANCISCO - ESTADO DA BAHIA

*MAIN DISPUTES AND TERRITORIAL CONFLICTS IDENTIFIED IN TRADITIONAL FISHING COMMUNITIES LOCATED ALONG THE COAST AND THE COURSE OF THE RIO SÃO FRANCISCO - STATE OF BAHIA*

*PRINCIPALES DISPUTAS Y CONFLICTOS TERRITORIALES IDENTIFICADOS EN LAS COMUNIDADES PESQUERAS TRADICIONALES UBICADAS A LO LARGO DE LA COSTA Y EL CURSO DEL RIO SÃO FRANCISCO - ESTADO DE BAHIA*

Kássia Aguiar Norberto Rios

### APRESENTAÇÃO

Uma das temáticas que tem ganhado relevante destaque, nas últimas décadas, refere-se à luta das comunidades tradicionais pesqueiras pelo reconhecimento e efetivação dos seus direitos. Isso porque mesmo existindo instrumentos legais que regulem esses direitos, os mesmos, inúmeras vezes, não são “aplicados” ou “não dão conta” das especificidades que envolvem o seu modo de vida e/ou suas territorialidades.

Outro fator que também tem impulsionado esse destaque refere-se à forma com que o capital, através do Estado, empresas privadas (nacionais e internacionais) e/ou particulares, tem ocupado e degradado o espaço dessas comunidades, num ritmo cada vez mais crescente. Observa-se que a inexistência/ineficácia de instrumentos legais específicos e os constantes incentivos do governo à expansão industrial no país têm de certa forma, proporcionado a inserção de inúmeras atividades industriais (aquícola, hidrelétrica, portuária, metalúrgica, petroquímica, turística, entre outras) nos territórios pesqueiros.

É importante destacar que essas atividades possuem uma lógica de apropriação da natureza que se distingue das comunidades pesqueiras e, por isso, ao ocuparem o território, impõem uma nova dinâmica de uso, controle e acesso ao espaço, que foge do controle das comunidades e ocasiona o surgimento de inúmeras disputas e conflitos.

É desse contexto que surge a demanda, a partir do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Bahia (MPP), para elaboração de um mapa que espacialize as principais disputas e conflitos territoriais vivenciados por estas. O mapa intitulado “Principais disputas e conflitos territoriais identificados em comunidades tradicionais pesqueiras situadas no litoral e no curso do Rio São Francisco - Estado da Bahia” foi confeccionado, no ano de 2017, junto aos integrantes das comunidades tradicionais pesqueiras do Estado da Bahia que compõem o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Seu objetivo consistiu em espacializar os diversos municípios que contem pescadores artesanais no Estado e as distintas disputas e conflitos territoriais vivenciados cotidianamente pelos mesmos.

O processo de construção do mapa teve como base as discussões e estratégias metodológicas que envolvem a pesquisa participante e as cartografias sociais (ACSELRAD, 2010; MEIRELES, 2015, 2014b). Para Brandão, pode-se compreender a pesquisa participante como “um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53). Já segundo Meireles et al (2015, p. 9), as cartografias sociais podem ser compreendidas como “uma linha de pesquisa da Ciência Cartográfica que privilegia o conhecimento popular, simbólico e cultural, como meio de produzir o mapeamento de territórios tradicionais, étnicos, sagrados e coletivos”. As cartografias sociais têm sido

compreendidas pelas comunidades tradicionais enquanto uma importante ferramenta metodológica que possibilita, em sua práxis, o desenvolvimento de uma ação investigativa, educativa e social.

Para a coleta dos dados, além da utilização de um levantamento apresentado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em 2016, foram realizadas, nos últimos quatro anos, vinte oficinas com a participação entre 30 a 100 pescadores do litoral do estado e da região do São Francisco. A maioria das oficinas ocorreu durante as reuniões realizadas pelo MPP, com exceção de seis que foram organizadas especificamente para tal atividade.

Para as oficinas, foram utilizados os seguintes procedimentos: i) linha do tempo; ii) discussão sobre cartografia e análise de mapas temáticos; iii) construção de mapas mentais; iv) escolha de bases cartográficas e identificação e caracterização dos conflitos nestas; v) tabulação dos dados e construção da versão inicial dos mapas; vi) discussão e ajustes da versão inicial; e vii) socialização e entrega do produto final.

No mapa, é possível observar que na maioria dos espaços onde há comunidades pesqueiras identificadas – considerando o litoral e o curso do Rio São Francisco – há também uma variedade de conflitos e disputas territoriais identificadas.

Atualmente, estima-se que a Bahia possui um quantitativo superior a 131 mil pescadores cadastrados no RGP do Estado e cerca de 600 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas (Pesquisa de Campo, 2016). Só no litoral, os dados apontam a existência de aproximadamente 91 mil pescadores e 472 comunidades, distribuídas em 44 municípios. No que se referem às comunidades ribeirinhas, os dados apontam a existência de aproximadamente 130 comunidades com registro de pescadores em cerca de 80 municípios, localizados próximos à rede hidrográfica do estado, em especial aos rios São Francisco e Paraguaçu (Pesquisa de Campo, 2016; SOARES et al, 2009).

Cabe destacar que, no momento em que há a inserção de um desses empreendimentos nos espaços que compõem os territórios pesqueiros, há conjuntamente, a inserção de novas formas e funções que fogem ao controle das comunidades ali existentes. Passam a ocorrer, então, disputas pelo uso, apropriação e controle do território. Como esses empreendimentos, em sua maioria, estão ligados a forças locais, estaduais, nacionais e/ou até mesmo internacionais, as disputas acabam ocorrendo de maneira desproporcional, levando à expulsão dessas comunidades de seu território e/ou a modificação destes.

Na região do Rio São Francisco, destacamos a intensificação das atividades de mineração, a expansão da agricultura irrigada e os impactos das barragens.

A destruição dos recursos naturais, a contaminação dos mananciais de águas e dos pescados, a contaminação de pessoas por metais pesados e a privatização de espaços são algumas consequências da atividade da mineração. Conflitos fundiários, apropriação privada do rio, consumo excessivo de água, contaminação das águas e do solo com agrotóxicos são consequências decorrentes da expansão da agricultura irrigada.

No que se refere aos impactos das barragens, cabe destacar que existem sete hidrelétricas instaladas em todo o curso do rio São Francisco (abrange outros estados, além da Bahia). Para implantação destas, milhares de famílias que integram comunidades tradicionais foram atingidas. Inúmeras comunidades ribeirinhas já tiveram suas áreas de pesca reduzidas e/ou comprometidas.

A cada dia, observa-se também o crescente processo de assoreamento do rio, a poluição doméstica, industrial, mineraria e agrícola, a privatização das águas, os conflitos por terra, a perspectiva de novos parques eólicos e vários outros projetos do Estado, em parceria com empresas nacionais e multinacionais.

No caso do litoral baiano, as contradições existentes são ainda maiores. Trata-se de aproximadamente 1.181 km, com importantes baías, enseadas, áreas de manguezais que se tornaram historicamente, o espaço de grande interesse do capital. Isso devido, à conjuntura política de constante incentivo a expansão industrial no estado, nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico etc.) e em especial nas zonas costeiras. Como consequência dessa valorização e expansão industrial no litoral, inúmeras

comunidades pesqueiras foram expulsas de seus territórios ou tiveram estes modificados e/ou comprometidos.

No momento em que esses empreendimentos são instalados nas áreas de uso das comunidades tradicionais pesqueiras, são observadas também consequências como: desmatamento de extensas áreas de manguezais, redução das áreas de mariscagem, redução e mortandade das espécies capturadas, mudanças na dinâmica natural do ecossistema, etc. Estas, por sua vez, vão “interferir” direta/indiretamente no desenvolvimento social, econômico e cultural das famílias ali existentes, além de contribuir para a descaracterização do território tradicional pesqueiro. É no âmbito dessas disputas políticas, entre pescadores e empresários, pela apropriação, uso e controle do território, que emergem conflitos e disputas territoriais.

**Palavras-Chave:** Disputas. Conflitos. Território. Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

**Keywords:** Disputes. Conflicts. Territory. Traditional fishing communities.

**Palabras Clave:** Disputas. Conflictos. Territorio. Comunidades pesqueras tradicionales.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografia Social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. **Pesquisa participante:** um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Conflitos Socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades pesqueiras no Brasil.** Brasília/DF, 2016.

MEIRELES, A. J. de A. et al (Org.). **Cartografia Social e Cidadania:** experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

MEIRELES, A. J. A.; GORAYEBE, A. Elementos para uma cartografia social dos territórios em disputa. In: CARVALHO, A. M. P.; HOLANDA, F. X. de. (Org.). **Brasil e América Latina:** percursos e dilemas de uma integração.. 1ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014, v. 1, p. 405-432.

RIOS, K. A. N. **A QUESTÃO DA LUTA NA/PELA TERRA E ÁGUA DOS PESCADORES ARTESANAIS:** desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré - BA. 466 f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2017.

SOARES, L. S. H. et al. **Baía de Todos os Santos:** aspectos oceanográficos. Salvador : EDUFBA, 2009.